Reflexos
ISSN : 2260-5959
Éditeur : Université Toulouse - Jean Jaurès

10 | 2025
50 ans après le 25 avril : mémoire(s) et représentations de la Révolution des Oeillets et de l'immigration portugaise en France

---

A ditadura militar brasileira e a Revolução dos Cravos : pragmatismo, controle e ambivalências

La dictature militaire brésilienne et la Révolution des Œillets : pragmatisme, contrôle et ambivalence
The Brazilian military dictatorship and the Carnation Revolution: pragmatism, control and ambivalence

Francisco Carlos Palomanes Martinho

---

http://interfas.univ-tlse2.fr/reflexos/2219

Référence électronique
Francisco Carlos Palomanes Martinho, « A ditadura militar brasileira e a Revolução dos Cravos : pragmatismo, controle e ambivalências », *Reflexos* [En ligne], 10 | 2025, mis en ligne le 08 décembre 2025, consulté le 18 juin 2026. URL : http://interfas.univ-tlse2.fr/reflexos/2219

Droits d'auteur
CC BY

A ditadura militar brasileira e a Revolução dos Cravos : pragmatismo, controle e ambivalências

La dictature militaire brésilienne et la Révolution des Œillets : pragmatisme, contrôle et ambivalence
The Brazilian military dictatorship and the Carnation Revolution: pragmatism, control and ambivalence

Francisco Carlos Palomanes Martinho

TEXTE

1 A Revolução dos Cravos é mais um, dentre tantos acontecimentos, que nos traz à lembrança a conhecida frase de Tocqueville : "Vinte anos antes nada se esperava do futuro ; agora nada dele se teme" (Tocqueville 1997, 176). Portanto, as revoluções, acontecimentos singulares, impõem às pessoas que as vivem, um tempo em que o turbilhão desarticula a vida ordinária de que nos fala o filósofo David Hume (Hume 1985, 535). Tudo é, ao mesmo tempo, incerto e excitante, temerário e atraente. E esse tempo peculiar, na Ocidental praia lusitana, durou, mais ou menos, o período compreendido entre o 25 de Abril de 1974 - data do golpe que derrubou o regime do Estado Novo português - e o 25 de novembro de 1975 – quando tem início a estabilização da democracia portuguesa. Um pouco mais, um pouco menos, portanto, de um ano e meio.

2 Em linhas gerais, a revolução portuguesa é a primeira das transições que compõem a onda de democratizações no Sul da Europa, seguida da Grécia e da Espanha (Pinto 2004, 87-108 ; Humlebaeck 2013, 159-185 ; Sotiropoulos 2013, 186-214 ; O'Donnell et alii, 1988). À diferença desses dois últimos países, a transição portuguesa se apresenta como um caso particular em duas dimensões : por um lado, devido à crise de Estado que abre as portas para uma revolução em perspectiva socializante ; por outro, em decorrência da dinâmica descolonizadora do "último império colonial europeu " (Pinto 2004, 87 ; Maxwell 2006, 154-183 ; Reis 1995, 561-573).

3 Uma das principais consequências do caráter de ruptura daquele processo foi a atenção da opinião pública e dos intervenientes políti-

cos, à direita e à esquerda, dentro e fora de Portugal. Pegas de surpresa, nações poderosas como os Estados Unidos quedaram-se na constrangedora posição de meros observadores. Nas palavras do chefe da delegação da CIA em Londres, Cord Meyer : "Quando a Revolução aconteceu em Portugal, os Estados Unidos tinham 'saído para almoçar'. Foi uma surpresa total" (Maxwell 2006, 72).

4 E a situação se tornava ainda mais grave com o crescente avanço das forças à esquerda, sobretudo durante o consulado do general Vasco Gonçalves, próximo ao Partido Comunista Português, o PCP. No período do chamado "verão quente", entre março e novembro de 1975, a atenção da comunidade internacional ganhava tonalidades aberrantes ; o sinal de alerta estava ligado. Para o Senador estadunidense, do Partido Republicano, James Buckley,

> Nada do que está acontecendo hoje no mundo – mesmo no Sudeste Asiático, até mesmo no Oriente Médio – tem a metade da importância e é mais ameaçador que o avanço comunista em direção ao poder em Portugal. (Maxwell 2006, 154)

5 Além disso, e como indicado antes, o problema colonial acrescentava, digamos, um novo " tempero " àqueles acontecimentos, sobretudo devido à forte tendência, afinal verificada, de alinhamento dos territórios tornados independentes com o bloco socialista.

6 Neste quadro brevemente apresentado, como ficam as relações político-diplomáticas entre Portugal e o Brasil ? Em que sentido, para o Brasil, a transição portuguesa se conecta com os acontecimentos em África ?

7 É de opinião mais ou menos assente na literatura especializada que a ditadura militar, sobretudo durante a governação do general Ernesto Geisel (1974-1979), adotou uma política externa pragmática, tanto com relação à revolução em Portugal, quanto ao processo de descolonização que veio a seguir. Mas embora seja correto afirmar o protagonismo de Geisel na gestão desta política, é fato que ela teve início no período anterior, do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Em novembro de 1972, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mário Gibson Barboza, viajou pelo continente africano, visitando oficialmente diversos de seus países. Na bagagem, a missão de aprofundar os vínculos diplomáticos e econômicos naquela região, cuja pre-

sença brasileira era ainda muito frágil. Quando de sua visita a Lagos, na Nigéria, Gibson Barboza foi informado de que "as relações especiais com Portugal" eram o principal obstáculo para o fechamento de contratos entre a Petrobrás e a Nigerian Oil Company. E foi assim que, alinhada a um projeto nacional desenvolvimentista, a política brasileira para a África, mudou de curso. É verdade que, desde meados da década de 1940, a relação do Brasil com o espaço africano sob domínio português oscilou aqui e acolá. E, nas governações de Jânio Quadros e João Goulart afastou-se do alinhamento com Portugal. Mas é também verdade que, se pensarmos nesses trinta anos compreendidos entre 1945 e 1975, prevaleceu a filiação aos interesses portugueses. Jerry D'Ávila, autor de um importante estudo sobre a diplomacia brasileira em África, afirma que,

> [...] a política brasileira referente aos países africanos estava subordinada à política que o Brasil adotava ante Portugal. Esses laços com Portugal paralisaram a política externa nacional no que dizia respeito ao assunto. (D'Ávila 2011, 19)

8 Portanto, as redefinições do Itamaraty a respeito da África merecem análise acurada. E é a partir delas que podemos compreender a posição brasileira a respeito do novo governo em Portugal. Assim, falar da relação da ditadura militar com Portugal a partir de 1974 significa, necessariamente, colocar a África no centro de nossa análise. Se não, vejamos : o Brasil reconheceu imediatamente o novo regime português, sendo o primeiro país a fazê-lo (Magalhães, 2000, 323). De certa forma, aliás, as escolhas da diplomacia brasileira expressavam o resgate de uma linha de ação autonomista, com percalços no caminho, iniciada no primeiro governo Vargas (Moura 1980). Mas para além do pragmatismo dos militares ou da tradição diplomática brasileira, outros fatores terão contribuído para as escolhas dos governos Médici e Geisel. O Brasil, mesmo antes dos militares, acalentava um discreto interesse para com as colônias portuguesas. Álvaro Lins, embaixador brasileiro em Lisboa no final da década de 1950, vislumbrava a possibilidade de o Brasil vir a se tornar o herdeiro natural da influência portuguesa nos territórios africanos. Segundo suas palavras, era

> [...] evidente e incontestável de que seremos, em tais colônias, os herdeiros legítimos e substitutos naturais de Portugal, em matéria de

> influência cultural e intercâmbio comercial, *quando* se tornarem países independentes. (Lins 1974, 275)

9 A expectativa, portanto, do Brasil quanto a uma futura independência das colônias portuguesas era anterior ao início das guerras de libertação. O conflito teve início em Angola, em 1961. No ano seguinte, Gilberto Freyre, ideólogo do lusotropicalismo (Castelo, 1998 ; Alexandre, 2000, 181-198), aventava a hipótese de uma autonomia dos territórios ultramarinos, momento em que o Brasil se tornaria o principal interlocutor dos novos países alçados à independência.

> Somos – dizia Freyre - fraternalmente sensíveis às aspirações de independência desses povos. Somos fraternalmente sensíveis às manifestações lusotropicais dessas culturas, já diferenciadas da do Portugal europeu. [...]. Que Angola e Moçambique se tornem novos Brasis: mas pela vontade de sua gente e não por imposição de agentes deste ou daquele império. (Freyre, 1962)

10 O otimismo do embaixador ou a projeção do sociólogo, entretanto, contrastavam, com a renhida insistência de Portugal em manter seus territórios do Ultramar. Aquele era o tempo do “para a África imediatamente e em força” e do “orgulhosamente sós”, como dizia o ditador Oliveira Salazar (Cádima, 1996 ; Salazar, 1966). Mas os olhos dos brasileiros para com a África portuguesa se mantiveram abertos ; à espera de uma notícia alvissareira. Não por acaso, um pouco antes do 25 de Abril, um sucesso de vendas em Portugal veio a ser, também no Brasil, um livro bastante lido e fartamente comentado na imprensa de grande circulação. Prefaciado por Carlos Lacerda, *Portugal e o futuro* (Spínola 1974), do ex-governador da Guiné e futuro presidente da Junta de Salvação Nacional a seguir à revolução, António de Spínola, foi lançado pela Editora Nova Fronteira em março de 1974. O livro de Spínola apresentava um programa para a crise do Ultramar ; defendia, em linhas gerais, a abertura de negociações com vistas à constituição de uma comunidade luso africana. Segundo Lacerda, tratava-se de “uma ideia [capaz de] mudar o curso da História” (Lacerda 1974, 5). E, em consonância com Álvaro Lins e Gilberto Freyre, reforçava o papel central a ser desempenhado pelo Brasil, mesmo que a contragosto de setores ligados ao governo português :

> A liderança brasileira numa comunidade luso-afro-brasileira [...] será forçosamente, e ainda mais se não a tentarmos impor, a liderança brasileira ; nem é por outra razão que em Portugal alguns dos que servem ao sistema fazem da "comunidade luso-brasileira", profissão, mas não devoção. (Lacerda, 1974, 11)

11 Enfim, para os militares e a opinião pública do Brasil, naquela conjuntura, Portugal e África apareciam como um único problema ; ou, ao menos, como um problema combinado. Havia, por um lado, um país em ebulição e, por outro, um legado colonial em fragmentação. Lacerda preferia não interferir ; os militares interferiram.

12 O novo governo português, apesar da gratidão pelo comportamento brasileiro no imediato pós-25 de Abril, resistia às pretensões brasileiras. Para Mário Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros, as negociações pelas independências em África deveriam ocorrer sem a mediação de outros países. Aliás, para conduzir o processo de descolonização, foi criado um ministério específico, o da Coordenação Interterritorial, chefiado pelo socialista António de Almeida Santos (Santos, 2007).

13 O Brasil, à revelia das reclamações portuguesas, não sem hesitações, seguiu seu caminho. A 18 de julho de 1974, sem consulta prévia aos portugueses, reconhecia a independência da Guiné-Bissau, antecipando-se tanto a Portugal quanto às Nações Unidas (Carvalho, 2014, 155-178), atitude essa que causou mal-estar em Lisboa. Para o governo português, tratava-se de uma incursão indevida visando a superação da hegemonia portuguesa em África. Enquanto Mário Soares exigia reparos na atitude brasileira, o Itamaraty considerava injustificada tal medida, haja vista que havia informado sua decisão vinte e quatro horas antes do anúncio oficial (Magalhães, 2000, 327). E é bom lembrar que, menos de um ano antes, o Brasil havia sido um dos cinco Estados que votaram contra a admissão da Guiné nas Nações Unidas. Nas palavras de Thiago Carvalho, o reconhecimento da Guiné-Bissau demonstrava que a governação Geisel "pretendia recuperar a iniciativa política, dando prova de autonomia em relação a Lisboa, e demonstrar aos demais movimentos de libertação que apoiava o pronto reconhecimento do direito à autodeterminação" (Carvalho, 2014, 162). Este foi, provavelmente, o momento de maior tensão nas relações diplomáticas luso-brasileiras durante o período revolucionário. Mas, se

havia irritação da diplomacia portuguesa, é fato também que setores favoráveis à independência imediata dos territórios ultramarinos, ligados tanto ao Partido Socialista (PS) como ao PCP, comemoraram a decisão brasileira (Carvalho 2014, 162-163). É o que se depreende das manchetes dos jornais *República*, próximo do PS, *e Diário de Notícias*, à época controlado pelo PCP.[1]

14 E o governo Geisel, mesmo após a opção das novas nações africanas de aderirem ao bloco socialista, manteve firme o seu propósito de influenciar em seus destinos. Assim, no início de 1975, o Brasil instalou uma representação oficial em Luanda. Proclamada a independência angolana, a 11 de novembro, o governo brasileiro logo reconheceu Angola como país independente. Portanto, assim como o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o novo governo português, foi também o primeiro a reconhecer a soberania de sua ex-colônia (Gáspari, 2004, 148).

15 Para o caso específico das ex-colônias portuguesas, resta destacar o papel decisivo de duas personalidades vinculadas ao Itamaraty. Indicado pelo ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, o diplomata Ítalo Zappa chefiava o Departamento de África, Ásia e Oceania do Itamaraty (Gáspari, 2004, 136-137). Homem de esquerda, as opiniões de Zappa iam ao encontro das escolhas dos generais Médici e Geisel. A outra personalidade é o embaixador Ovídio de Andrade Melo. Conterrâneo de Zappa – ambos nasceram em Barra do Piraí – e seu amigo de juventude, o diplomata foi enviado para Angola em março de 1975 (Melo 2009, 116). A ideia era que Ovídio de Melo negociasse com os movimentos de libertação angolanos e moçambicano a abertura de um escritório em cada um dos territórios antes mesmo de suas respectivas independências. O Itamaraty encontrou situações diferentes nos territórios africanos de língua portuguesa. A Guiné já tinha sua independência reconhecida por um conjunto expressivo de nações desde setembro de 1973 (MacQueen, 2004, 284-285).

16 Moçambique teve seu reconhecimento imediato, por parte de Portugal, em função da existência de apenas um partido político, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) sob a direção inconteste de Samora Machel. Deste modo o processo de negociação com o governo português foi relativamente tranquilo, com a independência estabelecida em junho de 1975 (Pinto, 2001, 72-75). Mas o Brasil en-

frentava dificuldades no território moçambicano, uma vez que os dirigentes da Frelimo recusaram a abertura da desejada representação diplomática em Lourenço Marques. Marcelino dos Santos, então vice-presidente da Frelimo confidenciara a Ovídio de Melo que,

> A Frelimo não poderia aceitar a proposta brasileira, concedendo ao Brasil um status especial na criação antecipada de relações diplomáticas com Moçambique, porque as mentes e os corações moçambicanos, depois de sofrerem 14 anos de guerra, depois de verem todo esse tempo o Brasil apoiando Portugal, não estavam acostumadas a considerar o Brasil um país amigo. (Melo 2009, 111)

17 Marcelino dos Santos lembrava ainda a repressão que se abateu, em 1964, sobre os representantes do escritório da Frelimo no Rio de Janeiro, instaurado um ano antes. E cujos membros só não foram enviados para Lisboa – e para a PIDE, consequentemente – graças à intervenção do presidente do Senegal, Leopold Senghor. Os eventuais votos de abstenção do Brasil não eram o bastante. Considerava Marcelino dos Santos – numa avaliação provavelmente muito otimista - que, um voto afirmativo do Brasil em favor dos movimentos de independência "poderia ter paralisado o braço armado português" e até mesmo " [poderia ter] permitido que Moçambique em menos tempo visse a guerra terminar e ganhasse a independência " (Melo, 2009, 112). Portanto, ao fim e ao cabo, teria o Brasil, que aguardar a independência de Moçambique para abrir já não mais seu escritório, mas sua embaixada.

18 O problema maior se encontrava em Angola. Na mais rica das colônias portuguesas, três forças políticas se digladiavam pelo controle do território. A FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) tinha seu quartel-general no Zaire, ocupava o nordeste do território e, militarmente, era apoiada pelos Estados Unidos e pela China. A Unita (União Nacional pela Independência Total de Angola) tinha sua base militar na Zâmbia e ocupava o planalto central angolano. Esta organização, até maio de 1975 não tinha grandes patrocínios externos, sendo apoiada secretamente apenas pelo governo português.

19 O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) tinha suas maiores bases em Luanda, tanto na periferia quanto entre suas elites intelectuais. Dirigida por Agostinho Neto, contava com simpatias dos

segmentos à esquerda das Forças Armadas portuguesas (Maxwell 1999, 115-127). Sua crescente força militar decorria dos apoios soviético e cubano (Pinto, 2001, 75-79).

20 A tarefa principal de Ovídio de Melo era a de negociar com as forças independentistas e manter neutralidade. Embora formalmente o fizesse, o diplomata brasileiro pendia, pessoalmente, para o MPLA. Percebia ele que a FNLA nada mais era que uma invenção americana, enquanto a Unita começava gradualmente a representar um conluio de interesses portugueses e sul-africanos. E aqui uma questão importante. Na medida em que, representando o Itamaraty, o diplomata era obrigado a manter-se em uma posição equânime com relação a cada uma daquelas organizações políticas, como se comportaria a ditadura brasileira caso o MPLA resultasse vencedor ? Não haveria, aqui, o risco de um recuo ?

21 Sem dúvida, o risco havia. Ao ser convidado para exercer esta missão, Ovídio de Melo fizera essas indagações a Ítalo Zappa. A resposta de seu superior imediato, embora reconhecendo a possibilidade de alteração na rota traçada pela ditadura, enfatizava a importância estratégica da Representação. Inclusive para suas escolhas futuras. Afirmava Zappa que,

> [...] se a isenção e equanimidade entre os movimentos angolanos fosse desde o início o declarado intento, a marca registrada de nossa política, e se, para sermos isentos e equânimes, chegássemos antecipadamente a Luanda com uma Representação Especial, desde o começo do processo de transição à independência – mais difícil se tornaria uma guinada súbita de nossa política em 11 de novembro, quando a independência se concretizasse, ainda que não saísse a gosto de alguns setores da opinião pública internacional e brasileira. (Melo 2009, 99)

22 Tratava-se, pois de uma aposta com um sentido estratégico muito claro. Do sucesso ou do fracasso da Representação Especial resultaria o sucesso ou o fracasso da relação do Brasil com Angola, Guiné, Moçambique e mesmo com os demais países do continente africano. O problema era que, apesar dos inequívocos avanços, entre alguns segmentos, dentro do Itamaraty ou mesmo entre as esferas militares, o reconhecimento de uma Angola socialista não foi bem recebido. Destaque para o então ministro do Exército, o general Silvio Frota. Per-

tencente chamada à "linha dura" do regime militar, Frota, terminou por ser demitido por Geisel em outubro de 1977. Ao lançar um manifesto, Frota acusava o governo de ser responsável por uma "comunização" no Brasil, e o primeiro exemplo que dava era exatamente o reconhecimento de Angola como país independente (Gáspari 2004, 147-151). Em seu livro de memórias, o general elenca dois motivos para justificar seu posicionamento contrário a este aspecto da política externa brasileira. Primeiro, o princípio da autodeterminação dos povos. Na medida em que, relata Frota, a República Popular e Democrática de Angola, proclamada em Nova Lisboa a partir da união da FNLA com a Unita, dominava dois terços do território angolano e contava com o apoio de 85% de sua população, então, a legitimidade do MPLA não passava de uma falácia. O segundo argumento, de matriz ideológica, se resumia à natureza do regime militar brasileiro. Em suas palavras,

> Nós não entendíamos como o nosso governo revolucionário, de base anticomunista, tivesse sido o primeiro a reconhecer Agostinho Neto, sustentado por tropas cubanas que combatiam naquela colônia portuguesa. (Frota 2006, 183-191)

23 O descontentamento de Frota era acompanhado, no Brasil, por segmentos civis preocupados com a "heterodoxia" do Itamaraty. O jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo, ao mesmo tempo em que se opunha à política externa no tocante a Angola alertava para a possibilidade de constituição de mais um satélite do Kremlin em território africano. [2]

24 A diplomacia estadunidense, por seu turno, não tardou a pressionar pela saída de Ovídio de Melo (Magalhães, 2000, 329). Aliás, não apenas a diplomacia, mas também a CIA, fato esse confirmado por seu ex-agente e chefe de operações de Kinshasa, John Stockwell, em seu livro – infelizmente não traduzido para o Brasil - *In Search of Enemies: a CIA Story* (Stockwell 1978, 126).

25 À revelia, entretanto, de importantes pressões externas e internas, o Brasil, com Ovídio de Melo, hospedado no quase desértico Hotel Trópico, permanecia em Luanda (D'Ávila 2011, 11). Mas, embora hoje apareça uma narrativa quase que linear das opções brasileiras na África daqueles anos, o fato é que a conduta do Itamaraty demonstrava o

quanto que as pressões nacionais e internacionais interferiram na ação do diplomata. Ademais, Luanda encontrava-se convulsionada e as forças em disputa, com pouco ânimo para conversações. Assim, apesar de instalada a representação brasileira, até às vésperas da independência angolana, havia dúvidas quanto ao reconhecimento formal da parte brasileira. Outras diplomacias, como a francesa e a alemã ocidental, bateram em retirada. O que, evidentemente, representava uma pressão a mais para a retirada do diplomata brasileiro. No dia oito de novembro, enfim, Ovídio de Melo recebia a decisão do Itamaraty. Felizmente, para ele, consoante as suas expectativas. No dia 10 de novembro, às 20h00 de Brasília, meia noite em Angola, o Brasil declarava à imprensa que reconhecia o governo angolano chefiado pelo MPLA. Na mesma data, dizia Ovídio de Melo, "informava-me o Itamaraty, seria assinado o decreto que criava a Embaixada do Brasil em Luanda" (Melo, 2009, 130). Mas, quando tudo parecia concluído, as pressões internas conduziram o Brasil, por um breve momento, à apatia. Não faltavam críticas, na imprensa brasileira, ao suposto alinhamento com o bloco socialista. Nas páginas dos jornais, denúncias contra a ajuda militar cubana ao MPLA e silêncio com relação aos apoios estadunidense à FNLA ou da África do Sul à Unita. Zappa, defendia-se como podia, afirmando que a posição brasileira deveria ser mantida "se quiséssemos ter relações corretas e frutuosas, em longo prazo, com o vizinho Continente" (Melo, 2009, 136). Entre 11 de novembro e 31 de dezembro daquele mesmo ano, o impasse permanecia. Foi neste dia que o general Geisel anunciou a assinatura do decreto que criava, enfim, a embaixada brasileira em Luanda (Melo, 2009, 141).

26 A política africana do Itamaraty foi, para Ítalo Zappa, "o maior feito da diplomacia brasileira nos últimos trinta anos" (Gáspari, 2004, 148). Ainda assim, ela não garantiu premiação ou reconhecimento para seus mais importantes personagens. Zappa foi o único de sua categoria que não recebeu a Ordem do Mérito Militar, além de ter deixado o Itamaraty sem jamais servir em um país de primeira linha. Ovídio de Melo foi depois encaminhado para a Tailândia por seis anos e a seguir para a Jamaica; foi promovido ministro de primeira classe apenas em 1985, durante o governo José Sarney (Gáspari, 2004, 156).

27 No Brasil, claro, os acontecimentos portugueses logo ganharam atenção não apenas do governo ou da imprensa, mas também de intelec-

tuais e da opinião pública. A oposição à ditadura militar, por exemplo festejou como se a vitória fosse sua. Exilado na Europa, o cineasta Glauber Rocha dirigiu o belo documentário As *armas e o povo*,[3] enfatizando o olhar popular a respeito daqueles acontecimentos. Também outro compatriota, o fotógrafo Sebastião Salgado realizou uma série de fotografias tanto da revolução quanto da guerra civil em África. Mas foi talvez a partir das músicas de Chico Buarque de Holanda que o Portugal pós "25 de abril" ficou mais conhecido e divulgado entre esferas da esquerda.

28 A terra lusitana repleta de conservadorismo, tradição e fé católica se transformou em lugar da esperança. Em exemplo a ser seguido. Pelo menos três canções de Chico Buarque fazem referência, direta ou indiretamente, ao tema. A primeira delas, "Fado Tropical", composta em parceria com Ruy Guerra para peça *Calabar : o elogio da traição* foi composta antes da queda do salazarismo. Entretanto, quando do processo revolucionário, dizer que "esta terra ainda vai cumprir seu ideal/ ainda vai tornar-se um imenso Portugal" soava provocativo. Se a peça de teatro já havia sido proibida, a canção teve, logo depois, o mesmo destino. No início da década de 1980, Chico compôs e gravou a canção *Morena de Angola*, "minha camarada do MPLA", em referência clara ao MPLA.

29 Mas foi com "Tanto Mar", composta propositadamente em homenagem à Revolução dos Cravos, que o entusiasmo e a adesão aos acontecimentos portugueses pós 1974 se mostravam mais evidentes. A versão mais conhecida entre os brasileiros não é a mais conhecida entre os portugueses. Composta em plena ditadura militar, sua letra foi logo censurada. No LP gravado ao vivo com Maria Bethânia, em 1975, foi executada apenas sua versão instrumental. A primeira versão falava de um país em festa em contraste com nossa tristeza. 'Lá faz primavera, pá/ Cá estou doente". Mas a versão que veio a público no Brasil era outra datada de 1978 e que consta do disco *Chico*, daquele mesmo ano. A Revolução havia terminado: "Foi bonita a festa, pá". Mas algo dela havia permanecido. "Esqueceram uma semente/ Nalgum canto de jardim". Quando Chico pôde por fim gravar a música a vertigem revolucionária já tinha se esvaído e em parte havia causado alguma frustração entre aqueles que sonhavam com uma radicalização maior do processo revolucionário português.[4]

30 É interessante notar que, para a intelectualidade de esquerda brasileira o fim do ímpeto revolucionário em Portugal teve mais peso e mais impacto que a conquista da democracia pelos portugueses. Por isso o evidente sentimento de frustração na segunda versão da letra. Não deixa de causar certa estranheza essa escolha. Depois de quase meio século de ditadura, conquistar a democracia não é pouco. Voltando a Tocqueville, ele dizia que os franceses "quiseram reformas antes de querer liberdade" (Tocqueville 1997, 155-161). Parece ter sido essa a escolha de setores das elites de esquerda no Brasil e em Portugal.

31 Quanto à ditadura brasileira, Thiago Carvalho recusa a ideia "de que o Brasil pretendia substituir a presença portuguesa em África" e em defesa de seu argumento, lembra que "a descolonização rapidamente envolveu forças que transcendiam largamente a capacidade de intervenção de Brasília" (Carvalho, 2014, 177). De fato, o desenrolar dos acontecimentos e a inclusão do "problema africano" no âmbito da guerra fria, fragilizariam qualquer ambição nesse sentido. Mas este "desenrolar dos acontecimentos", como é óbvio, poderia ter sido outro e, a meu ver, as antecipações dos militares brasileiros, como no caso da independência da Guiné ou a abertura de uma representação diplomática em Angola, antes da independência, sugerem o contrário. É difícil, neste caso, uma afirmação peremptória para um ou outro lado.

32 Enfim, esperanças de revolução para a esquerda, pragmatismo e ambição para os militares, maldição para os diplomatas. A Revolução dos Cravos e a luta pela independência colonial foram apoiadas por forças contraditórias no Brasil. Naquele quadro de guerra fria, é fato que os alinhamentos pareciam desconexos, incertos. De qualquer forma, passados muitos anos desde o fim do Estado Novo e do ocaso de seu império colonial, se pode perceber hoje a importância das escolhas do governo e da diplomacia do Brasil. Ainda que, claro está, com a devida "distância entre intenção e gesto".

BIBLIOGRAPHIE

Jornais :

Diário de Notícias, Lisboa, 1974.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 1975.

República, Lisboa, 1974.

Obras :

ALEXANDRE, Valentim, *Velho Brasil, novas Áfricas*, Porto, Afrontamento, 2000, pp. 181-198.

CÁDIMA, Francisco Rui, *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1996.

CARVALHO, Thiago, « O Brasil e o fim do império português », in JERÓNIMO, Miguel Bandeira e António Costa Pinto (Org), *Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais*, Lisboa, Edições 70, 2014, pp. 155-178.

CASTELO, Cláudia, "*O modo português de estar no mundo*" : *o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa* (1933-1961), Lisboa, Afrontamento, 1998.

D'ÁVILA, Jerry, *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana*, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

FREYRE, Gilberto Freyre, *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças*, Discurso proferido no Real Gabinete Português de Leitura a 10 de junho de 1962, Rio de Janeiro, Federação das Associações Portuguesas no Brasil, 1962.

FROTA, Silvio, *Ideais traídos: a mais grave crise dos Governos Militares*, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 2006.

GÁSPARI, Elio, *A ditadura encurralada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

HUME, David, *Essays Moral, Political and Literary*, Indianápolis/USA, Liberty Fund, 1985.

HUMLEBAECK, Carsten, "Atitudes partidárias e passado autoritário na democracia espanhola », in PINTO, António Costa e MARTINHO Francisco Palomanes (Organizadores), *O passado que não passa. A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013, pp. 159-185.

LACERDA, Carlos, « Ao Leitor », in SPÍNOLA, António de Spínola. *Portugal e o futuro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1974, pp. 5-12.

LINS, Álvaro, *Missão em Portugal*, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1974.

MACQUEEN, Norrie, As guerras coloniais, in ROSAS, Fernando e OLIVEIRA Pedro Aires de (Coordenação), *A transição falhada : o marcelismo e o fim do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, pp. 284-285.

MAGALHÃES, José Calvet de, « O Brasil e a Revolução Portuguesa de 1974 » in CERVO, Amado, MAGALHAES, José Calvet de (Orgs.), *Depois das Caravelas : as relações entre Portugal e o Brasil* (1808-2000), Brasília, Editora UNB, 2000.

MAXWELL, Kenneth, *O Império derrotado : revolução e democracia em Portugal*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

MAXWELL, Kenneth, *A construção da democracia em Portugal*, Lisboa, Presença, 1999.

MELO, Ovídio de Andrade Melo, *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty : relatos de política externa de 1948 à atualidade*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MOURA, Gérson, *Autonomia na dependência : a política externa brasileira de 1935 a 1942*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence (editores), *Transições do regime autoritário : Sul da Europa*, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

PINTO, António Costa, « Ajustando as contas com o passado na transição para a democracia em Portugal » in: BRITO, Alejandra Barahona de, GONZALEZ-ENRIQUEZ, Carmen, FERNANDEZ, Paloma Aguillar (Organizadoras), *Política da Memória. Verdade e justiça na transição para a democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 87-108.

PINTO, António Costa, O *fim do império português: a cena internacional, a guerra colonial e a descolonização*, 1961-1975, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

REIS, António, « A dialéctica entre as componentes militar e civil no processo revolucionário do 25 de Abril » in: *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, n°17, pp. 561-573, 1995.

SALAZAR, António Oliveira Salazar, *Discursos*, vol. VII, Coimbra, Ed. Universidade de Coimbra, 1966.

SCHMITTER, Philippe O'DONNELL, Guilhermo, WHITEHEAD, Laurence (Editores). *Transições do regime autoritário : América Latina*, São Paulo, Vértice, 1988.

SOTIROPOULOS, Dimitri, « O passado autoritário e a democracia grega contemporânea », in PINTO, António Costa Pinto, MARTINHO, Francisco Palomanes (Organizadores), O *passado que não passa. A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013, pp. 187-214.

SPÍNOLA, António de, *Portugal e o futuro*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1974.

TOCQUEVILLE, Alexis de, O *Antigo Regime e a Revolução*, 4ª edição., Brasília, Editora UNB, 1997.

SANTOS, António de Almeida, *Quase Memória, Do Colonialismo e da Descolonização*, 1º volume, Lisboa, Casa das Letras, 2007.

STOCKWELL, John, *In Search of Enemies : a CIA Story*, New York, W. W. Norton & Company, 1978.

ANNEXE

Tanto *Mar*

(Primeira Versão)
Chico Buarque, 1975
Sei que estás em festa, pá
Fico contente
E enquanto estou ausente
Guarda um cravo para mim
Eu queria estar na festa, pá
Com a tua gente
E colher pessoalmente
Uma flor no teu jardim
Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei também quando é preciso, pá
Navegar, navegar
Lá faz primavera, pá
□...□

Tanto Mar (Segunda versão)
Chico Buarque, 1978
Foi bonita a festa, pá
Fiquei contente
E ainda guardo, renitente
Umvelho cravo para mim
Já murcharam tua festa, pá
Mas certamente
Esqueceramuma semente
Nalgum canto do jardim
Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei também quanto é preciso, pá
Navegar, navegar
Canta a primavera, pá
Cá estou carente
Manda novamente
Algum cheirinho de alecrim
(Hollanda, Chico Buarque de, Tantas palavras, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 282.)

Fado tropical
Chico Buarque e Ruy Guerra (1972-1973)

Oh, musa do meu fado
Oh, minha mãe gentil
Te deixo deixo consternado
No primeiro abril
Mas não sê tão ingrata
Não esquece quem te amou
E em tua densa mata
Se perdeu e se encontrou
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal
Com avencas na caatinga
Alecrins no canavial
Licores na moringa
E um vinho tropical
E a linda mulata
Com rendas do Alentejo
De quem numa bravata
Arrebata um beijo
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal
Guitarras e sanfonas,
Jasmins, coqueiros, fontes
Sardinhas, mandioca
Num suave azulejo
E o rio Amazonas
Que corre Trás-os-Montes
E numa pororoca
Deságua no Tejo
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal
(HOLLANDA, Chico Buarque de, Tantas palavras, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 2)

Morena de Angola
Chico Buarque, 1980.
Morena de Angola que leva o chocalho amarrado na canela
Será que ela meche o chocalho ou o chocalho é que meche com ela
Será que a morena cochila escutando o cochicho do chocalho
Será que desperta gingando e já vai chocalhando pro trabalho
Morena de Angola…

Será que ela tá na cozinha guisando a galinha à cabidela
Será que esqueceu da galinha e ficou batucando na panela
Será que no meio da mata, na moita, a morena ainda chocalha
Será que ela não fica afoita pra dançar na chama da batalha
Morena de Angola que leva o chocalho amarrado na canela
Passando pelo regimento ela faz requebrar a sentinela
Morena de Angola ...
Será que quando vai pra cama a morena se esquece dos chocalhos
Será que namora fazendo bochincho com seus penduricalhos
Morena de Angola ...
Será que ela ta caprichando no peixe que eu trouxe de Benguela
Será que tá no remelexo e abandonou meu peixe na tigela
Será que quando fica choca põe de quarentena o seu chocalho
Será que depois ela bota a canela no nicho do pirralho
Morena de Angola que meche o chocalho amarrado na canela
Eu acho que deixei um cacho do meu coração na Catumbela
Morena de Angola que leva o chocalho amarrado na canela
Morena, bichinha danada, minha camarada do MPLA
(HOLLANDA, Chico Buarque de. *Tantas palavras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 304.)

Fado tropical
Chico Buarque e Ruy Guerra (1972-1973)
Oh, musa do meu fado
Oh, minha mãe gentil
Te deixo deixo consternado
No primeiro abril
Mas não sê tão ingrata
Não esquece quem te amou
E em tua densa mata
Se perdeu e se encontrou
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal
Com avencas na caatinga
Alecrins no canavial
Licores na moringa
E um vinho tropical
E a linda mulata
Com rendas do Alentejo
De quem numa bravata

Arrebata um beijo
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal
Guitarras e sanfonas,
Jasmins, coqueiros, fontes
Sardinhas, mandioca
Num suave azulejo
E o rio Amazonas
Que corre Trás-os-Montes
E numa pororoca
Deságua no Tejo
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal
(HOLLANDA, Chico Buarque de, *Tantas palavras*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 2)

NOTES

1 *Diário de Notícias*, 22 de julho de 1974, 1; *República*, 20 de julho de 1974, p. 20.

2 Às vésperas da independência de Angola. O *Estado de São Paulo*, 7 de novembro de 1975, p.3.

3 www.tempoglauber.com.br acesso em 28/06/2019.

4 As letras das canções de Chico Buarque de Holanda aqui referidas seguem em forma de anexo.

RÉSUMÉS

Português
Em abril de 1974, logo a seguir ao golpe de Estado que derrubou a ditadura do Estado Novo português (1933-1974), a ditadura militar brasileira, iniciada uma década antes, declarou imediatamente que reconhecia o novo regime instaurado em Lisboa. A surpresa provocada por aquela escolha só não foi maior que a determinação dos militares brasileiros em reconhecerem os novos países africanos nascidos do processo de descolonização do último império colonial europeu. O presente artigo procura analisar as razões que levaram a ditadura brasileira a tais escolhas, defendendo a tese de que havia

uma “combinação” entre os interesses econômicos do Brasil em África e uma perspectiva hegemônica de parte das elites intelectuais brasileiras.

Français

En avril 1974, peu après le coup d’État qui a renversé la dictature portugaise de l’Estado Novo (1933-1974), la dictature militaire brésilienne, en vigueur dix ans plus tôt, a immédiatement déclaré reconnaître le nouveau régime établi à Lisbonne. La surprise provoquée par ce choix n’a pas été plus grande que la détermination des militaires brésiliens à reconnaître les nouveaux pays africains nés du processus de décolonisation du dernier empire colonial européen. Cet article cherche à analyser les raisons qui ont conduit la dictature brésilienne à de tels choix, en défendant la thèse selon laquelle il y avait un lien entre les intérêts économiques du Brésil en Afrique et une perspective hégémonique des élites intellectuelles brésiliennes.

English

In April 1974, shortly after the coup d’état that overthrew the Portuguese “Estado Novo” dictatorship (1933-1974), the Brazilian military dictatorship, which began a decade earlier, immediately declared that it recongnized the new regime established in Lisbon. The surprise caused by that choice was no greater than the determination of the Brazilian military to recognize the new African countries born from the decolonization process of the last European colonial empire. This article seeks to Analyse the reasons that led the Brazilian dictatorship to such choices, defending the thesis that there was a “combination” between Brazil’s economic interests in Africa and a hegemonic perspective on the part of Brazilian intellectual elites.

INDEX

Mots-clés

Révolution des Œillets, dictature militaire brésilienne, décolonisation, diplomatie, guerres d’indépendance

Keywords

carnation revolution, brazilian military dictatorship, decolonization, diplomacy, wars of independence

Palavras chaves

revolução dos Cravos, ditadura militar brasileira, descolonização, diplomacia, guerras de independência

AUTEUR

Francisco Carlos Palomanes Martinho
Professor Titular da Universidade de São Paulo, Pesquisador 1D do CNPq
fcpmartinho@usp.br